

**casa
cidades**

Cidades Amazônicas

**Chamada
de projetos**

Apoio ao fortalecimento das organizações
que trabalham pelo direito ao território

INSCRIÇÕES

10 de julho até
10 de agosto de 2020

REALIZAÇÃO:



APOIO FINANCEIRO:



I Chamada de Projetos - Programa Casa Cidades Amazônicas 2020

Cidades mais Justas e Resilientes

Prazo para envio dos projetos: De 10 de julho até 10 de agosto de 2020

Divulgação do resultado: 08 de setembro de 2020

Apresentação

A missão do Fundo Casa Socioambiental, fundado em 2005, é promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia e a justiça social mediante o apoio e fortalecimento de capacidades e iniciativas da sociedade civil na América do Sul. Buscamos criar condições para que esses grupos se fortaleçam e consigam melhores resultados nas suas ações. O Fundo Casa dispõe de experiência ampla e reconhecida no apoio a projetos de organizações populares, movimentos sociais, redes e articulações, por meio de aporte financeiro. São 14 anos de atuação com mais de 1700 projetos apoiados em 10 países da América do Sul.

A atuação do Fundo Casa Socioambiental, desde 2015, junto às comunidades urbanas e rurais, através dos Programas Fortalecimento de Comunidades na Busca Pela Sustentabilidade e Programa Fortalecendo Comunidades para a Construção de Cidades Inclusivas, Resilientes e Sustentáveis - Casa Cidades buscou mobilizar e fortalecer as comunidades que atuam nestes territórios, fomentando a

construção de capacidades, promoção da autonomia, preservação dos ecossistemas e comunidades e troca de experiências através da formação de redes de atuação.

Cidades - Mudança Climática

Hoje, mais da metade da população mundial vive em cidades. Em 2050, é esperado que a população urbana cresça de 5,6 para 7,1 bilhões, ou 64% para 69% da população mundial. As cidades concentram ainda a maioria das atividades econômicas.

Nos territórios urbanos, a principal fonte de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global, são a perda de cobertura vegetal e a queima de combustíveis fósseis (como gasolina e óleo diesel), em especial nos transportes de carga e passageiros.

Mas além de serem fontes de gases de efeito estufa, as áreas urbanas são também vulneráveis às mudanças climáticas, seja pelo aumento médio de temperatura local, pela variação do regime de chuvas ou por uma maior frequência e maior intensidade de extremos climáticos (secas, enchentes, ondas de calor, deslizamentos, erosão costeira etc.). Nas áreas urbanas, a segurança hídrica, alimentar e energética, a saúde das pessoas, a segurança de pessoas vivendo em áreas de risco, e a economia das famílias, comunidades e das cidades sofrem impactos crescentes das alterações do clima. Este problema agrava ainda mais a situação de nossas cidades, que já tem diversos problemas ambientais associados a padrões de desenvolvimento e ocupação desordenada do território.”

Mas de qual padrão de cidades estamos falando?

A rapidez do processo de urbanização, as consequentes transformações dos espaços, o modelo de urbanização e crescimento econômico adotado pela grande maioria das cidades brasileiras, caracterizou-se como um processo marcado pela desigualdade social, ausência de infraestrutura capaz de atender a nova demanda populacional, de habitação e serviços.

A mudança climática e o estresse ambiental são fatores comuns que intensificam as desvantagens e as desigualdades de desenvolvimento existentes em sociedades excludentes e desiguais.

A precariedade da moradia, transporte público da população, a fragilidade dos assentamentos humanos, ausência de instâncias de decisão e participação social, tornam os territórios urbanos e suas populações mais vulneráveis, com menor capacidade de adaptação e resiliência, aos fenômenos climáticos extremos decorrentes da mudança climática.

Em especial, os territórios urbanos inseridos na Amazônia Legal, possuem características muito próprias uma vez que, em muitos casos compreendem extensões da floresta e são ocupados, em grande parte, por populações tradicionais (ribeirinhos e indígenas), que encontram nestes territórios, espaço para comercializar algum tipo de produção e gerar renda para sua subsistência.

Amazônia

O desmatamento da Amazônia, que aumentou em quase 30% em 2019, é fator de grave pressão sobre comunidades extrativistas e povos indígenas, não apenas pela perda de biodiversidade, serviços ecossistêmicos e qualidade ambiental, mas também por estar associado a altos índices de ameaças e violência. E sua combinação com as mudanças climáticas pode transformar de maneira drástica a floresta em um ambiente muito mais pobre em diversidade de espécies, o que aumenta a vulnerabilidade daquelas comunidades. Por outro lado, diversos estudos demonstram que aquelas comunidades e povos indígenas têm um papel fundamental não somente na conservação, mas também no manejo da biodiversidade dos diversos ecossistemas”.

Frente a isso o Fundo Casa Socioambiental tem como premissa que esses atores, fortalecidos nos seus territórios e na sua busca por melhores condições de vida, terão melhores chances de salvaguardar os bens e serviços ecossistêmicos desse grande bioma para as futuras gerações. Trata-se de proteger o direito fundamental de tais populações à dignidade da vida, respeitando as limitações e condições de sustentabilidade da região. Seu conhecimento da Amazônia e sua experiência são fundamentais para que o mundo tenha a chance de conhecê-la e de se beneficiar desse tesouro biótico que ainda resta nesse planeta.

No caso das Comunidades Amazônicas, essas populações estão também entre as mais vulneráveis e ameaçadas da nossa sociedade, enquanto possuem vasto conhecimento e ciência empírica relacionada à Amazônia e sua proteção. Do ponto de vista das mudanças climáticas, são inúmeros os estudos que demonstram a importância da Amazônia para regular o clima local, regional e do planeta, seja pelo

imenso estoque de carbono contido na vegetação, seja pelo equilíbrio do regime hídrico, como por exemplo em seu papel na circulação de umidade em vasta extensão do território brasileiro e da América do Sul (os chamados “Rios Voadores”).

1. Objetivos e eixos prioritários da Chamada de Projetos

A presente chamada tem como objetivo apoiar grupos e movimentos de base de modo a:

- Fortalecer as capacidades das comunidades amazônicas frente ao debate sobre as mudanças climáticas, possibilitando a troca de experiências entre as mesmas e com outras comunidades;
- Fomentar que grupos amazônicos participem das discussões referentes as mudanças climáticas;
- Fortalecer os grupos da sociedade civil, permitindo que exerçam o papel democrático na construção das políticas nos diversos temas que envolvem as Cidades Amazônicas, com vistas à promoção da dignidade de vida e sustentabilidade do desenvolvimento de assentamentos humanos na região, por um lado, e incentivar iniciativas que ampliem a resiliência social, ambiental frente aos impactos da crise climática, por outro lado;
- Contribuir com o processo de formação dos grupos locais como atores protagonistas nos processos de transformação local;
- Potencializar a ação dos jovens e das mulheres como lideranças locais e agentes da ação para justiça socioambiental;
- Elaboração e implementação de políticas públicas que busquem garantir direitos para esta construção, com propostas que fortaleçam a participação social e democrática.

3. Recursos disponíveis

No âmbito da presente Chamada, serão selecionados até 35 projetos de grupos e movimentos de base para receber apoio direto de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Os recursos serão desembolsados da seguinte forma:

- 90% na assinatura do contrato
- 10% após a aprovação do Relatório Final.

4. Foco geográfico

O foco geográfico prioritário desta Chamada são as.

Esta chamada de projetos se concentra na seleção de propostas oriundas da Região Amazônica, em função da relevância deste território para o equilíbrio climático global e da possibilidade de mitigação dos efeitos da mudança climática, sobre suas comunidades e biodiversidade.

A Amazônia vive um dos seus principais desafios da história, constituindo-se na nova fronteira global de recursos e commodities, o que deve promover um impacto em sua biodiversidade, comunidades e na sua função de gente reguladora do clima do Planeta, sem precedente.

5. Organizações que são elegíveis para pleitear o recurso

- Pequenas e médias organizações de base ativas e com orçamento anual de, no máximo, R\$100.000,00;
- Grupos, coletivos, associações de pessoas. Ressaltando-se que, os repasses são realizados apenas para Pessoa Jurídica - PJ sem fins de lucro;
- Organizações que trabalham de forma colaborativa em redes, fóruns, consórcios e alianças;

6. Temas de interesse

Sabe-se que, produzir cidade da mesma forma e na mesma lógica que as cidades mais antigas e desenvolvidas, não pode mais existir porque não se sustenta mais ambiental, social e economicamente. A transição para uma economia cada vez mais de baixo carbono é inevitável. O mundo indubitavelmente caminha para um período com maiores restrições ambientais.

Isso significa que, para que haja uma difusão de tecnologias mais eficientes e limpas, é necessário que se tenha políticas públicas com exigência de padrões mínimos de eficiência ambiental, assim como a garantia de participação da sociedade civil nas instancias de planejamento e controle da politica urbana (uso e ocupação do solo, transporte publico, habitação, etc). Precisamos de mais cidades inclusivas, democráticas e justas.

Portanto são bem-vindas as propostas que demonstrarem:

- Promover troca de experiências entre os grupos dos diferentes territórios, sobre como estão lidando com as alterações do clima e como estão organizados para debater e enfrentar o tema;

- Incentivar, promover a participação e incidência em políticas públicas, voltadas a mitigar e adaptar as cidades e suas populações, principalmente as mais vulneráveis, frente às consequências das mudanças climáticas;
- Monitorar a formulação de políticas públicas, a mobilização social e a conexão de trabalhos locais, nacionais, lideranças e organizações-chave para nas discussões sobre mudanças do clima;
- Propor alternativas no uso ou transição para energia limpa e renováveis não convencionais;
- Alternativas ao transporte baseado em queima de combustíveis fósseis;
- Construção de capacidades para participação em instâncias de planejamento e gestão do território, como Planos Diretores e Planos Setoriais (transporte, habitação, saneamento, etc) com

7. Critérios Gerais para seleção dos projetos

- Pertinência da proposta frente aos objetivos específicos da chamada;
- Coerência entre projeto, linha de ação e missão da organização proponente;
- Qualidade da proposta frente aos temas;
- Viabilidade e capacidade institucional para execução das atividades;
- Ênfase social e ambiental da proposta;
- Fortalecimento da atuação política de mulheres e jovens.

O Fundo Casa também valoriza alguns elementos estratégicos contidos nas propostas. Estes devem ser compreendidos não como elementos obrigatórios, mas como valores agregados que concedem prioridade a uma proposta:

- Sinergias e inovações que criem conexões regionais nacionais e internacionais na temática das mudanças climáticas;
- Ampliação das vozes locais para controle social na elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas as mudanças climáticas;
- Formação e construção de capacidades que ampliem as iniciativas e projetos;
- Nível de parceria para execução do projeto com organizações regionais e de atuação em rede.
- Grau de participação das comunidades na elaboração e realização do projeto;

8. Divulgação dos resultados da chamada

Todas as organizações receberão comunicação por e-mail informando se o projeto foi ou não selecionado. Toda comunicação será feita através do e-mail informado no formulário de projetos no momento da inscrição.

9. Monitoramento e avaliação dos projetos

O Fundo Casa fará o monitoramento dos projetos selecionados durante toda a sua execução, por meio de relatórios, entrevistas, visitas, etc.

As organizações com projetos selecionados nesta chamada, devem se comprometer a participar de oficinas de formação e informação, promovidas pelo Fundo Casa em data a ser acordada com os grupos

10. Prazo para desenvolvimento do projeto

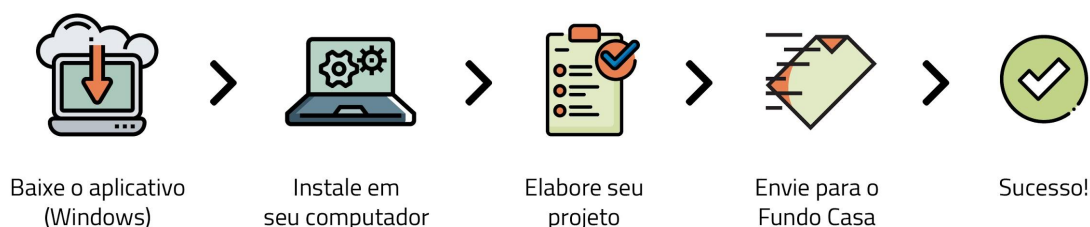
As organizações terão até 12 meses para desenvolverem seus projetos.

11. Documentação necessária do Organização:

- CNPJ da Organização;
- Ata de eleição da diretoria vigente;
- Declaração com dados bancários – Agência e conta corrente/cópia do Extrato Bancário
- Certidão Negativa de débitos da Receita Federal
- Certidão de Regularidade do FGTS

12. Como enviar sua proposta

Como enviar seu projeto por meio do Aplicativo do Fundo Casa:



O Fundo Casa desenvolveu um **Aplicativo** (disponível apenas para Windows) para facilitar o processo de inscrição dos projetos. **Utilize o Aplicativo para enviar seu projeto**, ele é mais rápido e ajuda a evitar equívocos. Baixe, instale, construa seu projeto nele e envie apenas quando estiver finalizado.

Utilize o Manual do Aplicativo para tirar todas as suas dúvidas e siga os passos indicados para concluir a inscrição do projeto.

[Clique aqui para baixar o Aplicativo](#)

[Clique aqui para baixar o Manual do Aplicativo](#)

Caso não seja possível utilizar o Aplicativo, o projeto também pode ser inscrito por meio do Formulário de Inscrição (Word). Após finalizar seu projeto, envie o formulário para **idades@casa.org.br**

[Clique aqui para baixar o Formulário Inscrições \(Word\).](#)

Se ainda houver dúvidas, envie e-mail para **idades@casa.org.br**